

O sistema partidário da Quarta República e o capitalismo no Brasil: notas heterodoxas para uma abordagem marxista

Diego Paulo¹

Resumo: A história do sistema partidário na Quarta República brasileira é marcada pela defecção do Partido dos Trabalhadores, que dos anos 1980 até os 2000 abandona as hostes anticapitalistas para se tornar um dos bastiões da ordem capitalista no Brasil. Mais recentemente, durante a atual crise política no país, também chamou atenção o que se considerou *uma onda conservadora* no espectro partidário, inclusive com partidos ditos *moderados*, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), assumindo pautas da extrema-direita nacional. A pesquisa, assim, busca apontar elementos teóricos para enriquecer a compreensão dessas histórias particulares, apostando no estudo do sistema partidário como ferramenta heurística para novas análises das relações entre partidos e luta de classes. Emerge daí a seguinte hipótese: será possível entender o sistema partidário como um *campo*, à maneira de Bourdieu? Se for o caso, o modo de regulação do dito campo, a saber, as eleições e a procura de votos, não teria como consequência a reprodução da correlação de forças entre as classes sociais, mas em um outro nível estrutural? São essas perguntas que guiam a presente reflexão, a qual pretende tão somente fornecer apontamentos para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Sistema partidário, marxismo, capitalismo.

The party system of the Fourth Brazilian Republic and the capitalism: heterodox footnotes for a marxist approach

Abstract: The history of the party system in the Fourth Brazilian Republic is marked by the defection of the Workers' Party, which from the 1980s to the 2000s abandoned the anti-capitalist forces to become one of the bastions of the capitalist order in Brazil. More recently, during the current political crisis in the country, what has been considered a conservative wave in the party spectrum, including the so-called moderate parties, such as the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), has also come to the fore. The research thus seeks to point out theoretical elements to enrich understanding of these particular histories, focusing on the study of the party system as a heuristic tool for new analyzes of relations between parties and class struggle. From this emerges the following hypothesis: is it possible to understand the party system as a field, in the manner of Bourdieu? If so, would not the regulation of the said field, namely, elections and vote-seeking, result in the reproduction of the correlation of forces between social classes, but on a different structural level? It is these questions that guide the present reflection, which only intends to provide notes for future research.

Keyword: Party System, marxism, capitalism.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Bolsista CNPq.

Na América Latina do século XX, a democracia foi capturada pela burguesia especialmente nas convulsões sociais que marcaram o fim das ditaduras no continente. Como mostra Beatriz Stolowicz (2005), no contexto de luta contra regimes autoritários se conjurou a tese dos *dois demônios*. Assim, tanto o socialismo como a ditadura de direita seriam inimigos da *normalidade social*, pela suposta relação de ambos com violação de direitos civis e o autoritarismo. Idealizava-se, assim, o passado e o futuro: o regime político de matiz liberal era estendido para trás, como norma, e à frente, como projeto. A democracia burguesa era apresentada como saída para a crise política. Mesmo algumas alas das esquerdas que combatiam o capitalismo aceitaram esses marcos para o debate, fazendo, então, com que o *retorno* ao regime democrático daquele tipo se tornasse a principal bandeira de luta. Esmaecia-se o combate ao capitalismo. Perdia força a questão do socialismo, que quedava obscurecida, recoberta pelo entulho das lutas por abertura política. Além disso, favoreceu-se a identificação entre forma democrática burguesa e democracia enquanto tal. Houve quem tentasse resistir à ofensiva, argumentando que os valores democráticos eram universais, mas o fato é que, por esse regime político, construiu-se a hegemonia burguesa. A exposição de Stolowicz, portanto, sugere que o influxo da esquerda revolucionária não tem início com a queda da União Soviética, representando em vez disso um processo iniciado anteriormente.

No Brasil, a construção da democracia pós-ditadura é alvo de controvérsias. Nas hostes dos que adotam uma perspectiva crítica ao capitalismo, a forma democrática atual é vista como fiadora política da estabilidade demandada pelo capital. Sua construção remontaria os anos 1970, quando tem início a distensão que marcaria a transição do regime empresarial-militar para governos civis. O período teria sido marcado pela agudez das lutas de classes, afloradas em diversas fronteiras, pondo em disputa inclusive a concepção de Estado. Sem receita *a priori*, a conjugação de abertura política, pacificação social e impulso ao capital, que aparece ao término do processo, forjou-se com resultado do ziguezaguear das disputas entre projetos societários distintos. A construção daquela democracia foi permeada por desvios, avanços, recuos e retomadas, que imprimem marca indelével no regime então formulado.

A construção do sistema partidário da nossa quarta república se dá nessa ambiência, daí sua importância para nosso estudo. Com efeito, a interpretação mais geral sobre o caráter da Nova República influencia também o entendimento do sistema

partidário. Em outras palavras, se identificamos a transição democrática àquilo que Florestan Fernandes (1986) chamou de *mudancismo* à brasileira, uma nova edição da conciliação das classes dominantes que, à custa de mudar a forma de governo, manteve sua substância, entenderemos, então, que o sistema partidário está prenhe dessa concepção burguesa de sociedade e *representação* política. Seu papel na nova ordem, assim, seria constituir o campo de seleção de *elites governantes*, atributo típico de uma democracia similar à idealizada por Joseph Schumpeter (1961).

Por outro lado, se entendemos o sistema partidário como *locus da representação dos cidadãos*, partimos do pressuposto de que a deveria ser democracia brasileira *de fato* significa o *governo do povo* – sendo o sistema partidário e as eleições os canais representativos por excelência. Nosso ideal de democracia, assim, sustentar-se-ia em modelos democráticos pretéritos, ou mesmo em uma definição dicionarizada desse regime político. Exemplo dessa forma de entender a democracia está exposto em obra de Atilio Boron sobre a democracia na América Latina. Em *Aristóteles em Macondo*, o prestigiado pensador latino-americano conjura o fantasma de Aristóteles, a fim de que o filósofo grego respondesse à questão se há uma “democracia latino-americana”. O veredicto da questão – além da própria forma argumentativa, sendo a fantasia com um fantasma de milhares de anos sua forma mais espetacular – evidencia o *desvio* idealista do autor: não haveria uma “democracia” na América Latina, mas uma plutocracia, afinal, os regimes políticos da região não consolidariam a representação política dos mais pobres, mas, ao contrário, dos mais ricos.

Nesse último caso, o sistema partidário de fato seria uma engrenagem carcomida de um regime político em crise. O estudo da história e da atual constituição dos partidos, assim, seria o método mais adequado para entender *como as coisas deram errado*. Tal não é a nossa perspectiva. Entendemos, ao contrário, que a democracia existente na América Latina é uma democracia de fato. Não por ela comportar governos da maioria ou dos trabalhadores, mas por entendermos que a democracia tal qual ela existe realmente *não os comporta* – ainda que eventualmente possa se apresentar como promotora de governos populares. Aqui se esclarece a forma como entendemos o regime democrático: como um construto social historicamente determinado, isto é, que deve ser analisado na materialidade de sua existência, e não a partir de formas pretéritas, idealizações ou definições *a priori*.

Essa forma de entender a democracia influencia, por sua vez, a forma como entendemos o sistema partidário. A tese desse texto é de que o sistema partidário está de fato em crise, como muito se propaga, sobretudo nos cânones do jornalismo pátrio que pelejam por uma “reforma política”. Na minha argumentação, todavia, o caráter dessa disfunção é singela e substancialmente diferente. O *problema* do sistema partidário não é sua crise de representação, mas a crise do seu *efeito de representação*, para usarmos um conceito de Nicos Poulantzas (1977). Assim, a crise realmente existente é a da crença na capacidade do sistema partidário ser *a voz do povo e das ruas*. A diferença entre as duas formulações está que, na segunda, não se crê que um sistema partidário estruturado em uma sociedade como a nossa tenha a capacidade de ser veículo efetivo das demandas sociais, tão somente produzindo espécie de ficção participativa – já que as políticas públicas são cada vez mais apenas lateralmente afetadas pela participação política ampla. Essas questões passam a ocupar nossa atenção a partir de agora.

O campo de Pierre Bourdieu e o modo de produção capitalista

O argumento que sustenta o presente texto mobiliza uma categoria cunhada por Pierre Bourdieu para descrever micro-espços de interação social com regularidades historicamente determinadas. Trata-se do conceito de “campo”, o qual seria, de acordo com Pierre Bourdieu, um espaço de disputas entre sujeitos regidos por uma lógica particular, definida por aquela dinâmica conflitiva materializada em lutas históricas – presentes e passadas. Assim cada campo tem uma constituição particular, que condiciona as práticas, expectativas e normas sociais em seu interior. Nesse sentido, por exemplo, a determinação do “prestígio” nesse ambiente seria definida pela posse de um tipo de “capital simbólico” específico. Portanto, temos que cada um daqueles espaços societários tem valores próprios, construídos pela interação conflitiva de diversos atores sociais inscritos em seus limites ao longo de sua história (1989).

Eis apontamentos absolutamente centrais para o que se propõe. Antes de dialogar com Pierre Bourdieu e seu acervo conceitual, porém, convém fazer alguns reparos à recepção de sua obra sobretudo entre historiadores brasileiros. Entre nós, há quem se assente em contribuições como a de *campo* para estudar inclusive épocas pré-capitalistas. Acredito que esse fundamento de pesquisa conduz a inevitáveis anacronismos, além de perigosos resultados políticos. Isso porque aquela noção está

atravessada por uma prática social que reputo típica de uma formação histórica específica. Refiro-me à *acumulação de capital*. Claro que, como adiantado acima, no *campo*, a acumulação de capital não é necessariamente de tipo que convencionalmente chamaríamos *econômico*. Com efeito, o “capital simbólico” pode se revestir das mais variadas formas e conteúdos, representando eventualmente tanto modelos comportamentais quanto títulos acadêmicos. Entretanto, postular que, *pari-passu* à construção dessa forma-conteúdo, os sujeitos, independentemente do período histórico, do tipo de sociedade e do modo de produção reinante, *concorrem* entre si *pela sua acumulação*, é indicar que a concorrência e a acumulação são comportamentos inerentes à humanidade, o que equivale a deslocar seu pertencimento do âmbito histórico para o reino da natureza. Em outras palavras, por exemplo, o cristão medieval que compete para acumular, digamos, prestígio pela salvação das almas seria um homem movido, ao mesmo tempo, por um impulso natural e histórico, respectivamente. A acumulação estaria presente em todas as épocas e sociedades, ainda que se revestisse de manifestações distintas, específicas de seu tempo e espaço.

Com isso não posso concordar. Ao contrário, enxergo os campos como tendo origem com o avanço de um tipo historicamente determinado de relação social de produção – o “capital”- que generaliza as disposições para a acumulação, marca distintiva, por sua vez, dos dominantes no interior de cada campo. Nesse sentido, por identificar tanto a acumulação quanto as lutas como atributos históricos – aquele principalmente do capitalismo, estas especialmente das sociedades de classes -, a posição que supõe o campo como um elemento a-histórico não só me parece equivocada, como perigosa, afinal naturaliza formas de vida que necessitam ser revolucionadas.

Tal ressalva serve também para relativizar a suposta autonomia dos campos – que Bourdieu postula como horizonte ideal em alguns casos, notadamente o científico. Com efeito, os campos estão inscritos em uma dada sociedade – ou, para recuperar sua nomenclatura – em um *espaço social*, tendo com ele um certo nível de “homologia”, ainda que constituídos também por dinâmicas particulares que podem se coadunar com maior ou menor intensidade àquela totalidade, como, aliás, admite o próprio Bourdieu (2004). Podemos, pois, falar de uma autonomia relativa, lembrando que, ainda que construída prioritariamente pelas disputas dos sujeitos inscritos em seu interior, a história dos campos jamais pode se apartar da história da forma de organização social e

das relações sociais de produção que lhe dá origem e com a qual se relaciona constantemente.

Essa homologia é o que explica a regulação pela concorrência no interior de cada campo. A já mencionada *acumulação de capital*, assim, dá-se em uma dinâmica competitiva, na qual o próprio *sentido* de capital está em disputa por grupos *dominantes* e *dominados* - aqueles reafirmando a “ortodoxia”, estes a fim de subverte-la. Ora, a concorrência é um traço típico do modo de produção capitalista, estando identificado nessa forma de sociabilidade já nos primeiros textos do materialismo histórico. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels indicam que a “consciência” no capitalismo só pode ser entendida pela sua relação com esse *modo de produção*.

também não é, desde o início, “consciência pura”. (...) Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta ao homem como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive uma sociedade. (MARX, K. ENGEL, F. [1845-46], 2008, p. 35, *grifos dos autores*)

Se a consciência jamais é pura, mas, ao contrário, um produto social, sendo construída sobre as bases materiais de uma formação sócio-histórica específica, a consciência no capitalismo tende a identificar na competição e seus derivados (acumulação, egoísmo, etc.) um traço fundamental do ser social. Não é sem razão, assim, que a recepção da obra bourdieusiana por historiadores brasileiros tornou possível o uso da noção de *campo* para qualquer período histórico. De fato, no capitalismo, a concorrência se apresenta como sendo atributo inato da humanidade, estando dessa forma supostamente presente em todas as suas variações históricas, ainda que de maneiras eventualmente distintas.

Dito isso, creio ser absolutamente fundamental levar em consideração a concorrência para o entendimento dos campos em geral, sobretudo do que nomearemos aqui provisoriamente de campo político-partidário, a ser brevemente analisado mais

abaixo. Isso porque o impulso pela acumulação de capital simbólico transforma o campo, dando-lhe consistência própria, com padrões sociais particulares, mas o faz assentando-se sobre as características mais gerais do espaço social – como, por exemplo, a própria lógica concorrencial. Assim, parece verdadeiro que os campos em geral tenham relativa autonomia. Entretanto, sua construção interna não pode prescindir de diálogo com as estruturas gerais da sociedade. Temos, portanto, que os atributos do modo de produção engendram indiretamente disposições nos indivíduos de diferentes campos, mesmo quando aparentemente elas contradizem o que se pensa como típico do modo de produção. Bourdieu chega a falar do interesse do desinteresse, quando o agir desinteressado passa a constituir, em determinado campo, padrão de comportamento desejável, ensejando, portanto, comportamentos interessadamente desinteressados. Da forma como entendemos, trata-se de outro modo de exprimir a lógica da concorrência no capitalismo, a qual, inclusive, pode fazer com que indivíduos em situações específicas concorram sem concorrer, ou, mais exatamente, compitam ostensivamente negando a competição.

O campo político-partidário

Com efeito, assim como o Estado capitalista na ótica marxiana, entendo que os campos em geral tiveram origem com a separação generalizada entre trabalhadores e meios de produção e com a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, cujas consequências são conhecidas no seio do materialismo histórico desde um de seus textos fundadores². Já o campo político-partidário em particular data do século XIX, quando as lutas dos trabalhadores forçaram a burguesia a recorrer a outras formas de dominação, notadamente a democrática, tentando, diante de circunstâncias novas, adaptar às suas expectativas a criação de algumas instituições, como o sufrágio universal e os partidos políticos de massa; ou ainda ampliando práticas pré-existentes, como a representação política. Conformavam-se, assim, elementos que caracterizariam esse campo em sua forma mais geral, o qual, contudo, dada sua historicidade, modificava-se constantemente ao sabor das lutas que se inscrevem em sua estrutura – ainda que principalmente de modo acidental.

² MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2008.

Dito isso, cremos que com essa reflexão podemos atualizar para os atuais padrões societários no capitalismo a dinâmica da representação político-partidária, que nas chamadas *obras históricas* de Marx recebe o tratamento de *representação classista*. Com efeito, a imagem a que o autor de *Guerra civil na França e 18 brumário de Luís Bonaparte* recorre é a do “teatro” político, implicando aí a dedução de que os *atores* representam *papéis* que se combinam com sua individualidade – afinal, o autor *constrói* a sua personagem, ainda que parta de um texto-base. Em outras palavras, na letra marxiana, as pessoas daquele campo *representam* classes sociais em disputa no âmbito das relações sociais de produção, mas o fazem de modo mediado, indireto, porque intervém aí, pelo lado dos representantes, a decisiva interpretação dos anseios das classes sociais representadas. Essa lógica se desenvolvera desde então, de modo que o campo político-partidário ganhou consistência própria, fazendo com que os *atores* daquela *encenação*, ao passo que representam suas personagens, também concorram em uma carreira específica do campo, qual seja, a de político profissional, na qual o sucesso é regulado pelo número de votos. Abriu-se, assim, um novo mercado, no meio de tantos outros, tornando a consistência do campo político partidário gradualmente mais espessa, permeado por determinações próprias.

Tratando sobre o tema das *ideologias*, Pierre Bourdieu (1989) cunhou um conceito que busca dar conta do que ele chama de *formas de interpretação da realidade* – um modo como as pessoas decodificam o mundo e o apresentam em formas ideais -, qual seja o de *ideologia duplamente determinada*. De acordo com o autor, as pessoas, inscritas naqueles campos, produzem *representações* determinadas tanto por sua origem de classe quanto por sua posição de classe – como ele traduz o posicionamento no campo, já que seu conceito de *classe social* é significativamente distinto daquele adotado pelo marxismo. Em que pese as diferenças, porém, cremos que essa observação abre caminhos para reflexões ulteriores, atualizadas em nossas balizas teóricas. Ora, consideramos que as pessoas em geral – e, no caso sob luz, os políticos de carreira em particular – agem por múltiplas determinações, que constituem sócio-historicamente as disposições e os *habitus* que chamamos individuais. Duas, no entanto, destacam-se: as de classe e as de campo, estas, claro, influenciadas diretamente pela lógica inscrita naquele espaço, ou, como quer Bourdieu com sua fraseologia peculiar, pela *interiorização de uma dada exterioridade*. A ação humana, dessa forma, apareceria sempre, pelo menos, de modo *duplamente determinado*. Percebe-se, pois, que

ampliamos o conceito bourdieusiano, por achar que a realidade que ele busca descrever não se restringe ao âmbito das “ideologias”, mas tem a potência de influenciar o conjunto das *atitudes, expectativas, objetivos, interpretações, etc*, das pessoas. No caso particular do campo político partidário, assim, os políticos de carreira agem tanto por influências classistas, tais quais suas origens de classe - que deixam marca indelével, como *habitus* e disposições de ação, em sua forma de consciência – quanto por influência direta da situação daquele campo, que é historicamente determinada, tendo feições variáveis de acordo com a sociedade, mas traços fundamentais típicos do modo de produção, do Estado capitalista e do regime político ao qual ele se liga como *método de seleção de governantes*.

Afirmar a dupla determinação dos políticos profissionais é lembrar que a expectativa pela mera representação social no exercício do seu ofício esquece as outras demandas que influenciam sua ação – algumas delas vistas, certamente, como mais urgentes, dada a pressão da carreira política partidária. Com isso se quer dizer que os políticos não estão lá para *representar o povo*, como quer a vulgata liberal, mas, talvez mais precisamente, servirem a si mesmos enquanto *servem o povo*. Em artigo sobre a representação, Bourdieu propõe a noção de *efeito de oráculo*. Este seria o efeito de representação que um representante produz, ao se anular em nome do grupo, “abdicando” de falar para dar voz aos que são por ele representados. Por baixo dessa aparência, no entanto, há a fala do representante, em parte integrada pelo que ele imagina ser a opinião geral dos representados. De todo modo, o processo de representação em tela, assim, significa que a fala de um mandatário aparece como sendo a fala do grupo – sem, necessariamente, contemplar seus interesses (BOURDIEU, 2004, p. 188-206). O efeito de representação, assim, seria mais importante do que a representação de fato. O político, no caso que aqui nos interessa, agiria para si mesmo enquanto age para seus representados.

Analisando o efeito de representação sob ângulo distinto, Nicos Poulantzas tenta atualizar a discussão sobre o Estado e os regimes políticos no âmbito do marxismo. Em *Poder político e classes sociais* (1977), enxerga nessa função do sufrágio – a de forjar representantes populares – traço fundamental para a constituição do Estado-nação como aquele que *une* um aglomerado de indivíduos. De fato, o Estado capitalista aparentemente representa todos os grupos sociais, especialmente em um regime democrático. O que chamamos aqui de campo político partidário tem aí um papel

fundamental. É, portanto, uma particularidade sua o *sufrágio*, por meio do qual o conjunto de *cidadãos-eleitores* seleciona seus *representantes*. Essa lógica, assim, consagra como *eleitos* participantes do campo, que, ao fim do processo seletivo, aparecem como porta-vozes da soberania e da vontade geral, nos dizeres comuns a tantos teóricos da democracia. Tendo em vista as observações de Bourdieu sobre o *efeito de oráculo*, todavia, pode se argumentar que se combinam, aqui, três tipos de fetiche: o do processo *democrático* de sufrágio, que oculta as disparidades nas potencialidades de formação de *vontades de voto* neste ou naquele candidato; o do *republicanismo* do Estado, já que o Estado capitalista, muito pelo processo que ora descrevemos, aparece como bastião da defesa do “interesse público”, e não como um Estado de uma sociedade classista, cujos antagonismos estruturais impedem a unificação daquela *vontade geral*; e o da *representação política*, dado que frequentemente se reivindica atuação *republicana* de políticos, esquecendo-se que, no modo de produção capitalista, a construção de campos enseja a concorrência e, no caso específico do político partidário, a ação duplamente determinada do político - pelo outro e por si.

A sociedade civil da Quarta República brasileira: uma leitura a partir de Antônio Gramsci

Ao iniciar os estudos sobre a obra de Antônio Gramsci por certos comentadores, uma qualificação salta à vista. Em diversos momentos o marxista sardo aparece como um “teórico das superestruturas”. Isso se explica principalmente pela influência da interpretação de outro italiano, Norberto Bobbio. De acordo com ele, Gramsci teria identificado a sociedade civil – “e não a estrutura econômica” – como o *Teatro da História*. Assim sendo, os conflitos sociais seriam travados em âmbito superestrutural, ao contrário do defendido por Karl Marx.

A interpretação de Bobbio, no entanto, passa longe de compreender a proposta de Antônio Gramsci, notadamente porque ignora que o conteúdo da *sociedade civil gramsciana* é diferente de seu cognato marxiano. Com o exposto, o autor ignora que o seu conterrâneo quis acrescentar à obra de Marx um estudo sobre as formas políticas, especialmente as verificadas no Ocidente – sem descartar suas observações sobre a economia política, a “anatomia” do Estado capitalista. Os *Cadernos do Cárcere* não

são, pois, uma negação das análises marxianas; antes representam uma reflexão que busca se somar aos estudos do autor de *O Capital*. Não estamos, portanto, diante de uma reflexão que desvincule política, cultura e economia, à maneira liberal. Exatamente ao contrário: toda reflexão gramsciana se assenta no princípio da totalidade, na qual a sociedade civil não pode ser pensada sem relação com o mundo produtivo e as classes sociais fundamentais.

Iniciar o debate sobre o pensamento gramsciano por esse ponto é fundamental para entendermos que a episteme que lastreia a interpretação geral dos *Cadernos do Cárcere* logicamente influencia o uso conceitual que se fará dele. Assim sendo, convém ressaltar que, na pesquisa que proponho, deve-se seguir a tradição de interpretação marxista da obra de Antônio Gramsci – refutando a tradição de cariz liberal iniciada por Bobbio. Com isso se quer dizer que aqui se entende Estado de modo integral, isto é, como um todo orgânico que somente para fins analíticos pode ser compartilhado em sociedades política – ou Estado restito - e civil. Insistir nessa unidade-distinção é fundamental para operar com o arcabouço teórico gramsciano da maneira como aqui se pretende. Com efeito, segundo Sônia Regina Mendonça,

Isso leva a refletir que a sociedade civil é, na verdade, um duplo espaço da luta de classes – intra e entre classes sociais, através das organizações nas quais se moldam as vontades coletivas e através das formas de dominação que, partindo delas, irradiam formas de convencimento, consenso. (...) Logo, qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil, dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia distintos, tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em um estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim.(...) Isso significa que, nesta relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento se exerce em uma dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia. (MENDONÇA, S. R, 2013, p. 18-19)

É tendo essas observações em vista que se torna possível entender a *sociedade civil gramsciana* como uma importante fronteira das lutas de classes. Com efeito, importante etapa do que a tradição marxista chamou de “formação de consciência” se dá em seus limites, notadamente pela ação organizada e organizativa dos *aparelhos privados de hegemonia*. Da mesma forma poderíamos indicar sua importância para os

processos formativos que induzirão a escolha do voto, etapa incontornável do objeto em tela. Por conseguinte, considero esse espaço especialmente importante para a pesquisa que ora proponho, embora, ressalvo desde já, com isso não queira dizer que este é o local por excelência das lutas de classes, excluindo, nesse sentido, a importância do assim chamado *mundo do trabalho*. Trata-se de combinar análises, não excluir.

Tendo esclarecido o que aqui se entende por sociedade civil, é chegada a hora de analisar o atual estado desse objeto na realidade brasileira. Eis uma tarefa árdua, pois a proliferação de associações, sobretudo de cunho empresarial, se dá em uma escala quase que incompreensível por um pesquisador isolado, especialmente nos limites desse trabalho. Assim, tudo que posso fazer são indicações, e, a partir delas, tecer alguns apontamentos. Creio que mais importa aqui fornecer indicações para o debate, não apresentar conclusões.

Posto isso, após pequena pesquisa sobre o número de organizações sociais de cunho empresarial, encontramos alguns indícios dignos de nota. Em matéria jornalística de 2012, o Globo notou que o número de Organizações Não-Governamentais no Brasil mais que dobrou entre 1996 e 2005³. Já em matéria no sítio da Abong são contabilizadas cerca de 290 mil Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, utilizando no texto dados apurados por consulta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010⁴.

A importância dos números acima se evidencia em consulta aos estudos de Virgínia Fontes, notadamente aqueles sobre a conversão *mercantil-filantrópica* da militância política – inclusive de “esquerda” (2010). Recusando nomenclatura de Organizações Não-governamentais, a pesquisadora insiste em conceituar tais organizações como *aparelhos privados de hegemonia*, por entender que as mesmas agem no sentido de disputar o senso comum e, portanto, defendem projetos societários específicos.

Claro que os números brutos, tal qual expostos, não nos permitem divisar o número de organizações empresariais no Brasil da última década do século XX e no início do século XXI. Com efeito, os dados são gerais, não segmentando por *classe* as

³ Ver: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/numero-de-ongs-mais-que-dobrou-entre-1996-e-2005-no-brasil-diz-ibge.html>

⁴ Ver mais em: <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=18> e <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>

organizações. Entretanto, o volume assinalado dá indicações da musculatura da sociedade civil brasileira em nossa época – sendo o número de organizações empresariais ao menos proporcionalmente crescente. Por outro lado, analisando esse movimento expansivo, Virgínia Fontes observa que mesmo algumas organizações que não eram diretamente dirigidas por empresários transformaram sua forma de atuação ao se *onguizarem*: aceitaram gradualmente os marcos do capitalismo, pautando suas lutas contra objetos pontuais – como a miséria mais aguda, as diversas formas de opressão e a luta em nome das minorias – muitas vezes sem questionar a dinâmica capitalista que subjaz àqueles obstáculos ao progresso civilizatório. Assim sendo, sem afirmar que *toda* ONG é necessariamente um pilar do conservadorismo que grassa pelo Brasil, a historiadora nos convida a olhar criticamente a expansão do também chamado terceiro setor.

Entendemos que as observações de Virgínia Fontes são muito oportunas. Sua obra retrata uma realidade bem diferente da usualmente imaginada: a sociedade civil não é o reino da liberdade, da civilização e do progresso humano, mas um ambiente de luta, e de luta acirrada, a qual as forças populares estão perdendo, inclusive por estarem se convertendo no seu contrário. Se acrescentarmos ao que aqui foi dito a observação sobre o poder dos meios de comunicação no Brasil, a situação se torna ainda mais dramática. Sua concentração expressa o poder de formação de disposições de voto de massas eleitorais, sobretudo por meio do espetáculo midiático em que se transformaram as programações eleitorais – cujo ápice são os *debates*.

Teríamos, assim, uma sociedade civil não apenas de luta, mas de predomínio conservador. Se relacionarmos os votos ao processo de formação de consciência influenciado por essa correlação de forças, teríamos como conclusão presumível que a democracia no Brasil se converteu no bastião da hegemonia burguesa; regime de dominação estável, cujas potencialidades emancipatórias foram castradas.

Considerações finais

O campo político partidário tem um papel político de suma importância em sociedades democráticas. Tem como *função* a consagração de porta-vozes do suposto interesse geral – ou, como dizem frequentemente os meios de comunicação de massa,

da voz do povo; ou, mais recentemente, *da voz das ruas*. Essa particularidade coloca o campo em constante atrito e contato com outras esferas da sociedade, dado que seus participantes têm como dever a interpretação do que seria a *expectativa* daqueles que têm o *poder da escolha*. Por outro lado, os debates no campo político partidário – especialmente, mas não exclusivamente, em épocas de pleito – agem no sentido de pautar as discussões sobre o que seriam os temas políticos dignos de discussão. Vemos, assim, uma relação de mútua determinação entre o referido campo e outras esferas da sociedade, em que os membros do primeiro buscam interpretar *o interesse do eleitorado*, enquanto, ainda que de modo indireto e possivelmente inconsciente, redefinem constantemente o que é objeto da política partidária e, por conseguinte, o que está fora do escopo.

Descrever essa lógica e qualificá-la como indício suficiente do “funcionamento das instituições democráticas” é aceitar a democracia como mera formalidade procedimental. Interessa, pois, desfazer alguns dos fetiches acima apontados. Assim sendo, entendo que mais importante do que sustentar que *o povo elege seus representantes* e, por isso, está representado no Estado, convém se perguntar que tipo de organização social favorece a escolha de determinados candidatos e não de outros. Mais: qual constituição sócio-histórica do campo político partidário facilita determinadas ações e não outras, a ponto das mesmas se consagrarem como padrões atitudinais do referido campo – nesse sentido moldando expectativas e ações de candidatos e políticos eleitos.

Definitivamente não é suficiente, assim, constatar como votam os eleitores em uma dada sociedade. A pergunta que urge fazer é por que votam como votam. Dessa forma teremos condições de investigar a formação de disposições que contribuem para a opção por este ou aquele candidato; processo no qual atuam decisivamente as instâncias formativas da sociedade civil, que inscrevem nos indivíduos autoidentificações que, tendencialmente, oportunizam a escolha de determinadas expressões político-partidárias. Percebemos, nesse sentido, que sob o véu da representação geral e da igualdade democrática – que torna possível surgirem lemas como “um voto por cabeça, todos valendo o mesmo” – oculta-se a dominação classista. Ora, o poder de influenciar da classe dominante é consideravelmente mais forte, dada sua prevalência organizativa na sociedade civil. Nesse sentido, a observação de Marx sobre as ideias dominantes em uma dada formação social serem as ideias da classe dominante mantém sua dramática

atualidade. Da mesma forma, o *sufrágio* é um processo, embora arrancado à força pelos subalternos aos dominantes, que atua também no sentido de funcionalizar e estabilizar a dominação burguesa.

Essas observações são particularmente contundentes se cotejadas à realidade brasileira. Por diversos fatores – inclusive por limites do projeto societário que predominou no seio da esquerda da ordem – a alternativa ao capitalismo vem perdendo espaço naquilo que Antônio Gramsci chamou de *Batalha das Ideias*. À menor capacidade organizativa das forças revolucionárias corresponde o domínio conservador no processo de formação das consciências. Nesse estado de coisas, o sistema partidário tende a ser capturado pela burguesia, inclusive por sua lógica interna ser adequada à dominação capitalista.

Ora, se a formação de um campo político partidário enseja a concorrência em eleições, aqueles partidos que desejam efetivamente se tornarem *eleitorais* tendem a capitular aos limites da ordem, já que a disputa é por votos, e as consciências são predominantemente conservadoras. Nesse sentido, o campo político partidário teria como que um dínamo centrípeto em seu interior, que tende a atrair os diversos partidos para posições mais ou menos próximas do que usualmente se considera como sendo o “centro” do espectro político – também conhecido como uma outra forma de chamar a direita moderada.

Nesse caso, as eleições e a democracia, em geral, convertem-se em ritos de consagração da dominação burguesa. É uma forma procedimental de não apenas selecionar *elites governantes*, como queria Schumpeter, já aqui referido, mas de consagrar o *status quo*, incensando-o com o verniz legitimador da *escolha popular*. A eleição, assim, torna-se a culminação de lutas de classes que, contudo, iniciam-se antes, ainda no mundo produtivo.

Contraditoriamente, porém, as bases que lançam a estabilidade possível da dominação burguesa no capitalismo dependente são as mesmas que produzem os abalos sociais que podem se desdobrar em lutas revolucionárias. Se em períodos de *normalidade social* o sistema partidário consagra como representantes legítimos um grupo de políticos que, dadas as condições do campo, tendem ao conservadorismo, a crise capitalista evidencia o abismo existente entre representantes e representados. A

representação, assim, escancara-se como *ficção*, e o *efeito de oráculo* se torna mais evidente. Nas condições atuais do Brasil, sobrevêm uma época de reforma partidária.

Referências bibliográficas

BORÓN, Atílio. Aristóteles em Macondo. São Paulo: Pão e Rosas, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

FERNANDES, Florestan. Nova república? Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 6. V.

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina. Sociedade Civil. Ensaio históricos. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1961.

STOLOWICZ, Beatriz. La tercera via en América Latina. De la crisis intelectual al fracasso político. Ensayos críticos N° 1, Bogotá, Septiembre 2005: pgs 3 a 20